

FORMAÇÃO POLÍTICA E ENSINO MÉDIO: A RECONSTRUÇÃO DO MOVIMENTO ESTUDANTIL SECUNDARISTA NO RIO DE JANEIRO (1976-85)

Isabel Brasil Pereira⁶⁴

Este estudo é uma análise do Movimento Estudantil Secundarista no Rio de Janeiro, no período de 1976 a 1982, sendo construído a partir de dois eixos principais: o resgate histórico da organização do movimento e suas demandas em relação à escola.

Com o direito de organização e expressão reprimido pelo golpe militar de 1964, consolidado em 1968, o Movimento Estudantil Secundarista tem em 1967-68, no Rio de Janeiro, como expoentes de sua mobilização contra o regime militar, a FUEC (Frente Unida dos Estudantes do Calabouço) – ligada ao PCBR (Partido Comunista Brasileiro Revolucionário) –, o Colégio de Aplicação da UERJ (na época UB e Pedro II, escolas com hegemonia da Dissidência da Guanabara), entre outras escolas. Isoladas, sem que haja uma organização das classes trabalhadoras para comandar uma resposta à ditadura imposta, com seu espaço de ação política bloqueado, a maior parte das lideranças estudantis ingressará em organizações que vão aderir à luta armada como forma de ação contra o regime imposto, e o que fora o melhor de uma geração sofrerá prisões, exílios, torturas e mortes.

Além da repressão direta, o regime ditatorial atinge os estudantes por meio de uma política educacional com interesses privatistas, de cunho tecnocrático, seguindo orientações que vão ajudar a manter o país num sistema capitalista cada vez mais dependente. No que tange aos estudantes de primeiro e segundo graus, são eles alvos de uma lei de ensino, a Lei 5692/71, que institui a profissionalização do ensino de segundo grau, ou seja, a “qualificação para o trabalho”. Mais tarde, na década de 1980, quando o movimento secundarista já tem suas entidades reorganizadas, esses estudantes fazem a crítica a essa lei, como pode ser constatado no jornal secundarista *Construir a Nova Escola* (1985), que relata a análise feita sobre os objetivos da 5692/71:

- a) Criar mão-de-obra barata e abundante, com um mínimo de preparação para o trabalho, garantindo assim a rotatividade de mão-de-obra e o arrocho salarial; b) Resolver o problema dos excedentes nas Universidades [...]; c) Dificultar o acesso das camadas populares às Universidades, elitizando ainda mais o ensino superior [...] (p. 2)

Ainda durante o período da ditadura militar, a sociedade civil brasileira começa a reorganizar suas entidades. Na esfera estudantil, militantes começam a árdua tarefa de reconstruir seu movimento e suas respectivas entidades. A União Nacional dos Estudantes (UNE) se reconstitui em 1979, depois de vários Encontros Nacionais de Estudantes (ENE) realizados em várias partes do país. Ainda no movimento universitário, são restabelecidas

⁶⁴ Vice-diretora de Ensino da EPSJV/Fiocruz e professora adjunta da FEBF/UERJ.

as representações estudantis nas diversas instituições, e na esfera estadual, as Uniões Estaduais de Estudantes (UEE).

O Movimento Estudantil Secundarista começa também a se reorganizar, com a reconstrução de suas entidades representativas, através dos grêmios escolares, que promoviam atividades culturais de diversas naturezas. A União Brasileira de Estudantes Secundaristas (UBES) é recriada em 1981, assim como, em diversas regiões do país, são reinstituídas unidades da Associação Metropolitana de Estudantes Secundaristas (AMES).

A reconstrução da União Brasileira de Estudantes Secundaristas (UBES) e da Associação Metropolitana dos Estudantes Secundaristas (AMES) do Rio de Janeiro

No período de 1976 até pelo menos 1978, o Movimento Estudantil Secundarista no Rio de Janeiro era ainda muito atomizado. Os estudantes se reuniam tendo por elo atividades culturais, como produção dos jornais nas escolas, festivais de música e poesias, cineclubes e grupos de teatro.

A respeito do que seria o movimento secundarista nesse período, nos diz Hamilton Garcia de Lima, militante secundarista no período de 1976 a 1980 (comunicação pessoal, 1989):

Tinha o MPB Jovem, que era um movimento de música [...]. Um pessoal que fazia teatro, sendo o mais ativo o grupo de teatro na Tijuca, o pessoal que ativava os cineclubes nas escolas, poucos grêmios, muito poucos grêmios. Na Zona Sul e no Centro o mais referencial e mais ativo era o grêmio do Colégio São Vicente de Paula.

Os estudantes do Colégio São Vicente de Paula produziam, na época, um jornalzinho chamado *A Semente*, e no grêmio do colégio havia militantes, estudantes do segundo grau, ligados ao Partido Comunista Brasileiro (PCB). Desse modo, os estudantes do Colégio São Vicente tinham um dos únicos grêmios politizados na Zona Sul do Rio de Janeiro.

As escolas públicas, de 1976 até 1978, não apresentavam, no Rio de Janeiro, na esfera do Movimento Estudantil Secundarista, um papel de destaque. Antes desse período, porém, aponta Hamilton Garcia de Lima: “Embora eu não tenha participado, registra-se que, em 73-74, havia um movimento estudantil nas escolas públicas e nas escolas judaicas [...]. Mas esse movimento se perdeu naquela época, ainda de repressão do governo Médici”.

A comunicação entre as atividades desenvolvidas pelos estudantes dos colégios da Zona Norte e da Zona Sul do Rio de Janeiro se restringia aos círculos culturais, e mesmo assim os jornais desenvolvidos não se comunicavam, não havia troca de informações.

Com a finalidade de fazer a comunicação entre os jornais produzidos pelos estudantes secundaristas, começa a surgir um movimento, em fins de 1977 e início de 1978, chamado União dos Jornais dos Secundaristas. Esse movimento tentava, através da unificação entre as atividades culturais promovidas pelos secundaristas no Rio de Janeiro, dar um sentido político aos encontros dos estudantes. O movimento em torno dos jornais começava, então, a expressar o que seria uma futura Comissão pró-AMES.

Na União dos Jornais dos Secundaristas, já se expressam algumas organizações políticas das quais os militantes fazem parte. Nesse movimento as correntes majoritárias eram o PCB e a Ação Popular (AP). Apareciam setores ainda não bem definidos, mas que depois fariam opção pelo MR-8 (Movimento Revolucionário Oito de Outubro). Esses estudantes, “naquela altura eram independentes, tendo como principal ponto de ação um certo distanciamento do PCB, que nessa época era muito forte nesse movimento todo, tanto no cineclube, quanto no MPB Jovem, jornais etc.” (Hamilton Garcia de Lima, comunicação pessoal, 1989).

No final de 1978, principalmente no início de 1979, a União dos Jornais Secundaristas se amplia significativamente, em relação ao que era o movimento secundarista na época. Realizava suas reuniões na Casa do Estudante Universitário (CEU) e apresentava naquele momento uma grande influência da AP. O movimento continua a crescer, a se ramificar, e as organizações de esquerda começam a buscar seus contatos com ele, já procurando ampliar suas bases de atuação. Começam, então, a ocorrer as confrontações naturais quanto às questões surgidas no movimento.

Nessa etapa, já se tinham incorporado ao movimento as escolas públicas. O Colégio Estadual André Maurois, por exemplo, já tem participação significativa. A Convergência Socialista já começa a ter peso no movimento secundarista. Começam também a surgir outras correntes políticas de esquerda, menores, que viriam, assim como a Convergência, a participar do Partido dos Trabalhadores (PT), fundado em 1980, e militantes ligados ao Partido Comunista do Brasil (PC do B). Porém, embora tivesse crescido, o movimento em torno dos jornais ainda estava muito restrito à Zona Sul do Rio de Janeiro, ou seja, a

comunicação das atividades desenvolvidas pelos estudantes secundaristas ainda não era um acontecimento que desse uma unidade aos eventos promovidos pelos estudantes secundaristas.

Com a necessidade dos grupos políticos que ali atuavam de resolver seus impasses, ampliar as suas bases, para fortalecer suas posições nas confrontações, novas escolas eram trabalhadas por esses grupos. Nessas buscas de novas escolas acontece, então, o encontro com as atividades desenvolvidas em outras regiões do Rio de Janeiro, mais especificamente entre as atividades estudantis secundaristas da Zona Norte e da Zona Sul.

Nas palavras de Hamilton Garcia de Lima, “a Zona Norte tinha uma articulação que trabalhava com jornais, mas também se reunia com igrejas. Tanto que a primeira reunião que unia os movimentos das Zonas Sul e Norte foi numa igreja da Zona Norte. O Movimento da Zona Norte tinha grande influência do MR-8”.

Estabelecida a comunicação entre as atividades desenvolvidas pelos secundaristas, começam a acontecer reuniões do movimento dos jornais, com maior amplitude, e surge a Associação dos Jornais Secundaristas, já com uma articulação de cunho político, que pode ser observada no *Boletim da Associação de Jornais Secundaristas*, nº II, 1979. Nesse boletim, os estudantes denunciam diversas formas de repressão feitas pela direção dos colégios aos jornais escolares e obviamente aos estudantes que deles participam. Está presente também a solidariedade dos estudantes ao movimento dos professores, públicos e particulares, que consegue, naquele ano de 1979, um grande ganho político, o de mobilizar a categoria e paralisar suas atividades.

Percebe-se então que o período de 1976 até 1979, no movimento secundarista, é um período de acumulação de forças, quando vão ser criados e renovados os seus quadros (militantes). Esses quadros são aqueles que vão ser enviados para os Encontros Nacionais de Estudantes Secundaristas (ENES), que começam a acontecer em 1980, seguindo os passos do Movimento Estudantil Universitário, que realizara encontros dessa ordem (1977-79) antes de recriar as suas entidades.

Esses militantes secundaristas desenvolviam os seus trabalhos, organizavam o movimento em várias instâncias: travavam a luta cotidiana nas suas escolas, faziam jornais, puxavam lutas isoladas, entre outras tarefas. O conjunto formado por esses militantes promovia manifestações a respeito da política educacional do país.

Um dos pontos abordados pelos secundaristas era o vestibular. Segundo Hamilton Garcia de Lima, no Maracanã (onde eram realizadas as provas do vestibular), organizavam-se *sketches* de teatro, para conscientizar os estudantes sobre a problemática do ensino, com ênfase na questão do “funil” e no fato dos estudantes terem um acesso restrito às universidades públicas. No mesmo passo, denunciava-se o acelerado processo de privatização das escolas de terceiro grau. Todo esse movimento era feito de uma maneira muito inorgânica, muito desorganizado, porém com base nessa “pré-entidade” que seria principalmente o movimento dos jornais, que aglutinava e dava um pouco de unidade ao movimento das zonas Norte e Sul do Rio de Janeiro.

A partir dessa etapa do movimento, começa a conscientização, por parte dos secundaristas, da necessidade de terem uma entidade representante dessa categoria. Na esfera do Movimento Estudantil Universitário, já tinha sido reconhecida a UNE e algumas entidades em nível estadual (UEE), como a do Rio de Janeiro.

Os Encontros Nacionais dos Secundaristas (ENES)

A partir de 1980, começam a acontecer os Encontros Nacionais de Estudantes Secundaristas (ENES). Os secundaristas do Rio de Janeiro participam ativamente, cada um engajado na sua tendência política. O primeiro ENES já reflete aquilo que no Rio de Janeiro vinha acontecendo, o anseio de se articular com todo o estado e o resto do país.

Esse primeiro ENES, segundo Ivan Cavalcanti, militante secundarista na época, foi principalmente uma iniciativa das forças políticas mais atuantes no movimento, com a AP, o PCB, a Convergência Socialista, o PC do B (que embora no Rio de Janeiro, na época, não fosse tão expressivo no movimento, em outras regiões do país era muito forte), o Movimento de Emancipação do Proletariado (MEP) e o MR-8 (comunicação pessoal, 1990).

A partir daí o ritmo do movimento vai ser alterado. Até então, vinha operando segundo sua lógica interna, sobre o que acontecia nele mesmo, em seus conflitos cotidianos. Depois disso, a partir de 1980, com os ENES, ele é transportado para uma outra dimensão da grande política. Como lembra Hamilton Garcia, houve “uma espécie de entrada abrupta do Movimento Estudantil Secundarista nas grandes polêmicas nacionais”.

Com essa ampliação política do Movimento Estudantil Secundarista, os quadros formados no período 1976-80, principalmente as lideranças de destaque, passam a ter menos tempo para trabalhar as questões ligadas ao cotidiano das suas escolas, porque tinham como tarefa organizar as suas tendências, correntes políticas no movimento em nível nacional. Além disso, à medida que esses militantes cresciam dentro do movimento, crescia também o seu papel dentro da organização política a que pertenciam, aumentando com isso suas atividades dentro da organização. E cada vez menos esses quadros se dedicavam às atividades no interior da escola, o que muitas vezes levava a um distanciamento das lutas cotidianas das escolas.

Os secundaristas passam então à grande tarefa de reconstruir a UBES. E, é claro, surgia também a necessidade de reconstruir as entidades em nível regional. Segundo Hamilton Garcia de Lima, “a AMES sempre aparecia como uma espécie de departamento dessa UBES, que por sua vez tinha como carro-chefe o modelo de reconstrução da UNE”. Nesse momento, o movimento vive um período em que vai se organizar mais em função das questões sociais mais amplas que tinham de ser discutidas, defendidas nos ENES, do que nas questões do cotidiano escolar. E os ENES, e as reuniões em que as tendências se preparavam para a discussão de nível nacional, aconteciam seguidamente. Para se ter uma idéia da dinâmica do movimento, o I ENES realizou-se em 1980 e no final desse mesmo ano já acontecia o II ENES; no início de 1981 já se reunia o III ENES. Ou seja, em pouco mais de um ano aconteceram três reuniões de caráter nacional no movimento secundarista.

Se, por um lado, esse ritmo alucinante na realização de encontros de caráter nacional denotava a necessidade e o modelo político de se reconstruir a entidade estudantil que aglutinasse forças e desse unidade, em nível nacional, às lutas do movimento secundarista, por outro, expressava também, como relata Hamilton Garcia de Lima, “a falta de uma organicidade. Como não se tinha uma instância, o único momento em que se podia testar a hegemonia das forças políticas do movimento era nesses encontros repetidos”.

Um outro fator que contribuiu para o curto espaço de tempo entre um encontro e outro era que a grande rotatividade do movimento fazia com que a correlação de forças entre as correntes majoritárias se alterasse rapidamente. O que era hegemônico hoje, amanhã já não o era, e os grandes impasses entre as teses defendidas por essas correntes

políticas ocupam muito espaço nesses encontros, ao passo que as questões relacionadas com o cotidiano escolar são deixadas para trás.

Documentos são elaborados pelas correntes políticas do movimento, fazendo avaliações sobre o processo de reconstrução das entidades secundaristas (UBES e AMES). No caso da UBES, esses documentos fazem avaliação dos ENES. Analisando o conteúdo de documentos dessa ordem, percebe-se uma divergência entre a posição a favor da reconstrução imediata da UBES (através da instituição de uma Comissão pró-UBES) – defendida pela maioria das correntes políticas do movimento secundarista, como a Convergência, o MR-8, o PC do B, entre outras – e uma outra posição que defende que o processo de reconstrução da UBES precisa ser mais longo, para ampliar as bases nas escolas. Essa última posição é apoiada pelos militantes ligados ao PCB.

No documento *Programa de lutas unitárias*, elaborado por militantes secundaristas ligados ao PCB, percebe-se a existência dessas duas posições em relação à reconstrução da UBES:

O caminho de reconstrução da UBES, será demarcado pelo atual processo de reorganização do ME Secundarista. O conjunto de secundaristas serão sujeitos desse processo, na medida que alcancem a coesão do movimento em torno de seus Grêmios e Centros Cívicos... Na Universidade, os DCEs foram a base política da reconstrução da UNE, no Movimento Operário, os trabalhadores através dos seus Sindicatos, escolheram a Unidade Sindical como alavanca de unificação e de conquista da Central Única dos Trabalhadores... Para entendermos a perspectiva da UBES de modo conseqüente, precisamos olhar para as escolas... perceber o fato de que a entidade nacional já está colocada no horizonte do Movimento, mas ele não tem essa tarefa como questão imediata. Algumas forças entendem essa etapa do Movimento, como de reconstrução imediata da UBES, e propõe a criação, nesse II ENES; da COMISSÃO PRÓ-UBES. (*Programa de lutas unitárias*, 1980)

Percebe-se que a defesa da criação imediata da UBES tem, na estrutura da sua análise, a lógica da importância de uma entidade nacional para fortalecer e dar unidade às lutas dos secundaristas, assim como o fato de que vários segmentos da sociedade civil, naquele momento, em 1980, já tinham reconstruído suas entidades. Por outro lado, era fato que as bases nas escolas estavam sem crescimento e que as questões ligadas ao cotidiano escolar não estavam sendo tratadas com o necessário empenho pelo conjunto do movimento.

Além das posições divergentes mencionadas, os documentos secundaristas da época apontam reivindicações comuns às correntes políticas que atuam no movimento, como a

democratização da vida nacional, no campo político, econômico e social; por um ensino público e gratuito em todos os níveis; aumento de verbas para a educação; reconhecimento das entidades secundaristas; independência e autonomia dos grêmios (*Programa de lutas unitárias*, 1980).

Em quase todos os estados do Brasil, os secundaristas, com maior ou menor grau de organização, se manifestam. O estado de São Paulo, no início de 1981, apresenta um processo de organização que, embora não tivesse atingido o âmbito estadual, vai avançando por meio de reconstrução das entidades secundaristas nas escolas e uniões municipais, sendo a mais importante é a União Metropolitana de Estudantes Secundaristas de São Paulo (UMES-SP). Naquele estado se registram também mais três entidades municipais: Araraquara, Santos e Taquatinga.

O estado de Minas Gerais, naquele momento, apresenta nove uniões municipais de estudantes secundaristas: Belo Horizonte, Curvelo, Divinópolis, Itabira, Itabirito, Montes Claros, Oliveira, Patos de Minas e Teófilo Otoni. Segundo o *Programa de lutas unitárias* (1980), “de forma esparsa e localizada, em algumas escolas e regiões como São Luís do Maranhão, aconteceram explosões espontâneas, que representam o grande descontentamento dos secundaristas quanto às condições de ensino e vida”.

O I ENES realizou-se em Belo Horizonte, depois de uma precária preparação nos estados. Esse encontro delibera pela realização de um II ENES, para cuja preparação é montada uma Comissão Executiva Nacional (CEN) formada a partir de um representante por estado, e elege o ano de 1980 como o de reconstrução das entidades de base. Antes de ser declarada reconstituída a UBES, realiza-se, já em 1981, o III ENES.

A UBES é reconstruída em Curitiba em 1981. Os secundaristas passavam a ter novamente a sua instância em nível nacional. Essa entidade fora fundada em 1948 e jogada na clandestinidade pelo golpe militar tecnocrata de 1964.

A respeito da reconstrução da UBES, transcrevo as palavras dos secundaristas no jornal *Estudante em Marcha* (órgão oficial da UBES, ano I, nº 1, abril/maio de 1984):

Nós, estudantes secundaristas (1º e 2º graus, supletivos e cursinhos), nascemos na grande maioria nos últimos 20 anos. Exatamente nos anos que procuraram esconder a verdade dos fatos, a História da luta do nosso povo e dos estudantes brasileiros. A partir de 64, a liberdade de organização e expressão dos estudantes foi perseguida e abafada. A sede da UBES foi queimada no Rio de Janeiro. Diziam que era para o bem e para a tranqüilidade do povo brasileiro. No entanto, tudo o que é imposto contra o

anseio de liberdade e justiça de um povo, não pode durar muito. No ano de 1981, em Curitiba-PR, estudantes realizam o Congresso de Reconstrução da UBES, depois de três Encontros Nacionais de preparação. (p. 2)

A reconstrução da Associação Metropolitana dos Estudantes Secundaristas (AMES)

No Rio de Janeiro, a reconstrução da AMES vai apresentar, a partir de 1980, um ritmo imposto pelos encontros nacionais. Em 1980 surge a Comissão Pró-Ames (já esboçada em 1979), que vai ao longo desse ano promover várias atividades e eventos culturais, dos quais o mais bem-sucedido é o *show* em homenagem a Edson Luís, secundarista assassinado em 1968 pela ditadura militar. Esse *show* reúne várias entidades e artistas. A Comissão Pró-AMES já trabalha com esse descompasso entre o ritmo das vanguardas políticas do movimento secundarista e o não-crescimento das bases conquistadas até então nas escolas.

O encontro realizado para discutir o processo de reconstrução da AMES do Rio de Janeiro foi convocado de comum acordo entre as forças majoritárias do movimento secundarista do Rio de Janeiro na época.

Como no processo da UBES, a reconstrução da AMES do Rio de Janeiro vai apresentar divergências. Registram-se duas posições: a que defende a recriação da entidade só após um cronograma de reconstrução, a ser discutido, apontando como objetivo dessa proposta ampliar, primeiro, as bases nas escolas; e outra posição que propõe a recriação imediata da entidade, compreendendo que se daria mais organicidade ao movimento.

A posição que defendia em primeiro lugar a ampliação das bases nas escolas, para depois reconstituir a entidade, é defendida pelo PCB, que tem seu argumento pautado no descompasso das vanguardas e das bases. Essa posição é vista pelas demais correntes expressivas do movimento secundarista como posição reformista e moderada, e alguns militantes consideravam que estavam tentando sistematicamente boicotar a reconstrução da AMES. Por outro lado, militantes e simpatizantes do PCB no movimento tinham a leitura de quem defendia a reconstrução imediata da entidade, não tinham como preocupação o distanciamento do movimento das escolas.

A proposta que defendia a recriação imediata da AMES do Rio de Janeiro é defendida nesse encontro principalmente pelo MR-8, e na votação que decide a questão vai

ter o apoio da Convergência Socialista, saindo vencedora por uma margem estreita de votos.

A AMES do Rio de Janeiro é refundada, e essa recriação apresenta dois momentos: o primeiro, ainda em 1981, quando, como nos diz Hamilton Garcia de Lima,

numa Assembléia na sede do Sindicato dos Eletricitários, tendo as regiões do Rio de Janeiro representadas [...] no recinto cerca de 250 pessoas entre delegados e entidades [...]. Nessa assembléia, considerada por muitos como ato de refundação da entidade, foram também tirados delegados representantes do Rio de Janeiro para o Congresso da UBES. O segundo momento é quando, já em 1982, acontece o I Congresso da AMES, e é eleita uma diretoria definitiva para atuar até o II Congresso da entidade.

Apesar da Convergência Socialista ter votado junto com o MR-8 na recriação imediata da entidade, são práticas totalmente distintas as dessas duas correntes. Portanto, a primeira diretoria eleita da entidade não atua com uma participação coesa do movimento, se acentuando posteriormente o processo de divisão. Segundo Hamilton Garcia de Lima, “o MR-8, àquela altura, já vincula todo o esquema secundarista deles aos acordos políticos feitos com o MDB, e portanto vai entrando nas escolas públicas e ampliando suas bases nas escolas com consentimento da Secretaria de Educação”. Essa prática do MR-8 e seus desdobramentos vão ter um papel fundamental no grande “racha” que vai acontecer em 1985 na AMES do Rio de Janeiro.

Em relação às correntes políticas mais expressivas durante esse período de reconstrução do Movimento Estudantil Secundarista, no Rio de Janeiro, registra-se entre outras, segundo Sanfelice (1986), a extinção da AP ainda em 1981 (p. 211). O PC do B, já forte nacionalmente, vai apresentar crescimento no Rio de Janeiro.

O PCB, ou melhor, seus militantes secundaristas, passam nesse período de 1982-83 a se dedicar mais à fundação do Centro Cultural Secundarista (embora participem da AMES), numa tentativa de retomar as raízes do movimento, com idéia de junção de política e cultura, promovendo, embora timidamente, nos colégios onde seus militantes atuavam, festivais de música, jornais, palestras etc.

A Convergência Socialista procura ampliar as bases nas escolas. Essa prática contribui para o crescimento dessa corrente no movimento secundarista, a partir da segunda

metade da década de 1980, tendo conquistado várias vezes a presidência da AMES do Rio de Janeiro.

Em 1982, na esfera da política educacional adotada pelo regime, é decretada a Lei 7044/82, que modifica a Lei 5692/71, ou seja, o ensino profissionalizante obrigatório se transforma em “preparação para o trabalho”. Para Ghiraldelli (1990):

A Lei 7044/82, do general Figueiredo, não demonstrou apenas o reconhecimento da falência política educacional da ditadura militar; mais que isto, tal ato foi um exemplo de reconhecimento tardio do distanciamento do governo de todos os setores sociais, até mesmo daqueles aos quais deveria servir diretamente segundo as diretrizes traçadas desde o Golpe de 64. (p.187)

Os secundaristas também fazem a leitura crítica da Lei 7044/82, como nos mostra o artigo “Lei 7044/82, consolida a irresponsabilidade do regime com a educação” presente no jornal secundarista *Construir a Nova Escola*, ano I, nº 1, outubro/novembro de 1984:

Passado o ufanismo, o regime muda de tática, colocando novos remendos para manter a estrutura falida do ensino [...]. Surge a reformulação da Lei 5692/71; em seu lugar entra em cena a Lei 7044/82 retocando a maquiagem no final da festa [...]. Em seu bojo a nova Lei trás a marca característica do autoritarismo militar tomando medidas, em relação à escola, sem consulta aos estudantes, aos professores e à comunidade educacional como um todo [...]. As leis 5692/71 e 7044/82 representam a presença do imperialismo, alienando a juventude e procurando consolidar a dominação tecnológica, ensinando apenas as partes que lhes interessam, mantendo o fundamental sob o seu controle. (p. 3)

A reconstrução do movimento secundarista, apesar de apresentar, na ocasião da realização dos ENES que antecederam a reconstrução da UBES, um modelo de organização ainda espelhado no Movimento Estudantil Universitário, ao longo da década de 1980 vai apresentar uma alteração que pode ser percebida no depoimento de William Alberto Campos, militante secundarista na época de reconstrução do movimento no Rio de Janeiro. Esse depoimento foi dado por William em 1988, quando então já estava na universidade e era diretor da UNE, e é citado em Aarão Reis Filho e Moraes (1988): “Trago a experiência do M.E. Secundarista do Rio de Janeiro, de reconstrução da Associação Metropolitana dos Estudantes Secundaristas, a AMES. É com base na proposta de reconstrução da AMES que imaginamos superar a crise do movimento universitário [...]” (p. 189).

É necessário observar que a reorganização do Movimento Estudantil Secundarista não se encerra na reconstrução das suas entidades. Por apresentar uma rotatividade muito rápida, esse movimento está sempre apresentando alterações em relação ao crescimento e

mobilização das suas bases estudantis. Como já foi observado, na época do I Congresso da AMES, em 1982, no Rio de Janeiro, o crescimento das bases estudantis secundaristas era inferior ao crescimento observado de 1976 até 1980, portanto este movimento precisa estar sempre se reorganizando e mobilizando suas bases. Para William Alberto Campos, citado por Aarão Reis Filho e Moares (1988), “Reorganizamos o movimento secundarista através de quatro grandes lutas: construir grêmios nas escolas, eleições para diretores de escolas, verbas para 2º grau e meia passagem nos ônibus para os estudantes” (p.189).

Apesar de entender que as principais lutas na reorganização dos movimentos variam um pouco em função das escolas e das regiões a que pertenciam as lideranças, percebemos ser consenso a luta pela construção dos grêmios escolares (assim como outros pontos na luta pela democratização da escola) e pela meia passagem nos transportes, como veremos na continuidade desse estudo.

A atuação dos secundaristas no Rio de Janeiro no período de 1983-85

O Movimento Estudantil Secundarista, no dia-a-dia escolar, vai atuar procurando formar grêmios e centros cívicos nas escolas onde não havia representação estudantil, e vai atuar também no sentido de transformar os centros cívicos já existentes (que apresentavam um caráter exclusivamente recreativo) em instâncias de representação estudantil, que promovam e gerem discussões que levem à conscientização e politização dos estudantes.

Exemplo dessa prática nas escolas pode ser constatado nas palavras de Marco Túlio Paolino, militante secundarista (período 1983-86) vinculado à Convergência Socialista. Segundo ele, em 1983, na Escola Estadual Ferreira Vianna, havia um centro cívico tutelado pela direção da escola, com uma prática voltada exclusivamente para a recreação. Porém, a partir desse ano, começa a se desenvolver nessa escola, na esfera estudantil, um trabalho político que vai influenciar a eleição da diretoria do grêmio, à qual duas chapas vão concorrer. Uma delas é mais ligada à prática anterior, voltada para um grêmio esportivo; a outra, defensora de um grêmio mais politizado tendo na sua composição militantes e simpatizantes da Convergência Socialista. Na plataforma das duas chapas está inserida a denúncia contra as péssimas condições de ensino, embora, segundo Marco Túlio Paolino, na prática a chapa ligada ao grêmio esportivo não encaminhasse essas questões (comunicação pessoal, 1991).

A inclusão, na plataforma das duas chapas concorrentes à diretoria do Grêmio Estadual Ferreira Vianna, em 1983, da denúncia das péssimas condições do ensino demonstra um avanço, embora pequeno, nas discussões levadas aos estudantes. Ao incorporar as condições do ensino, percebe-se que as questões ligadas à política educacional começam a merecer destaque no dia-a-dia dessa escola, ampliando ou despertando o interesse dos estudantes e sua reflexão sobre o assunto. Ao mesmo tempo se percebe que basta uma das chapas levantar questões que ajudem a uma conscientização dos problemas educacionais para que haja certo avanço na concorrente, ou seja, mesmo que só em nível de discurso, o caráter esportivo do grêmio vai adquirindo tons questionadores e inseridos nas discussões da política educacional.

Ainda a respeito dessa situação, diz Marco Túlio Paolino que a chapa ligada à Convergência Socialista perde essas eleições de 1983 na referida escola. Isto devido ao fato de ser identificada pelos estudantes como a “Chapa Nicarágua”, pois abordava questões ligadas à política nacional e internacional, porém não trabalhou bem as questões ligadas ao cotidiano escolar.

A derrota faz com que esses secundaristas façam uma avaliação da dimensão dada às questões relacionadas ao cotidiano da escola, pois, ao deixar de lado essas questões, fica mais difícil haver uma identificação das bases estudantis com sua plataforma. Aprendendo com essa experiência, a partir do segundo semestre do mesmo ano, os estudantes ligados a essa chapa que foi perdedora na eleição encampam e puxam lutas contra o não-pagamento da taxa escolar, que era uma quantia irrisória, porém descaracterizava o direito ao ensino público gratuito; pela eleição de diretor, que até então não era uma bandeira forte entre os secundaristas; pela presença de alunos nos Conselhos de Classe, entre outras reivindicações, sem deixar de levantar as bandeiras relativas às questões nacionais e internacionais.

Em 1983, realiza-se o II Congresso da AMES do Rio de Janeiro, no Clube Municipal, na Tijuca. A hegemonia era do MR-8, a Convergência Socialista era a segunda força, e o PCB e o PC do B, forças significativas. Participavam também, entre outras, correntes como a Luta Secundarista (ligada ao Trabalho) e outras correntes independentes (na maioria ligadas ao PT). Porém, a predominância do MR-8, em relação ao número de

delegados, sobre as demais correntes é conquistada numa prática que vai merecer o repúdio das demais correntes do movimento secundarista presentes ao congresso.

Nas palavras de Marco Túlio Paolino: “O MR-8 apresenta, como delegados no Congresso, crianças de 8-9 anos de idade, levadas por pais e diretores de escola. Diante dessa prática do MR-8, a Convergência Socialista, a Luta Secundarista e outras correntes se retiram do Congresso, denunciando grande falta de disciplina política e falta de ética [...]” (comunicação pessoal, 1991).

Segundo o MR-8, foi aprovada, neste II Congresso da AMES, a realização de congressos dessa entidade de dois em dois anos. Porém, militantes do PCB e do PC do B que não se retiraram do congresso dizem que não há registro da aprovação dessa questão. Essa polêmica sobre a realização do Congresso da AMES-RJ de dois em dois anos vai aparecer, posteriormente, já em 1984, no Conselho Metropolitano de Entidades, uma instância do movimento secundarista. Porém, a proposta de voltar a ser anual, ou seja, da sua realização ainda em 1984 é derrotada.

Ainda em 1983 é realizado o I Seminário Nacional de Educação, no qual os secundaristas debateram, entre outros pontos, questões relacionadas com a qualidade do ensino. É realizado também nesse mesmo ano um Conselho Nacional de Entidades Gerais (CONEG), com participação significativa de entidades. Segundo o jornal *Estudante em Marcha* (órgão oficial da UBES) de abril/maio de 1984: “Em 83 a UBES passou a coordenar mais de uma centena de entidades secundaristas, entre municipais, metropolitanas e estaduais [...]. Provemos o I Encontro dos Estudantes Técnicos” (p. 2).

Uma luta que também mobilizou estudantes secundaristas nesse ano de 1983, principalmente na Bahia, onde houve passeata dos estudantes, foi a luta contra o fim da meia-entrada nos cinemas.

Os secundaristas e a campanha pelas Diretas Já

O ano de 1984 foi marcado nacionalmente, em todos os setores da sociedade civil, pela campanha Diretas Já, em prol da realização de eleições diretas para presidente da República, e que reuniu milhões de pessoas, em manifestações de rua, como forma de pressão.

O Movimento Estudantil Secundarista participa dessa campanha, seja através das suas entidades representativas nacionais, estaduais e municipais, seja nas representações estudantis no interior das escolas.

No Rio de Janeiro, a favor das diretas, os secundaristas promovem passeatas, atos públicos e até propõem paralisações das aulas. Segundo Marco Túlio Paolino:

Numa forma de pressão pelas eleições diretas, defendidas pelo Alicerce (Convergência Socialista), secundaristas da Escola Estadual Ferreira Vianna e outras poucas escolas fazem greve pelas Diretas Já, em 24 e 25/04/1984. Como desdobramento é feita uma passeata, referendada pelo Fórum Interno dos Colégios (grêmio, representantes) em 25/04/84, da qual participam estudantes secundaristas das regiões da Leopoldina, Madureira e Zona Sul. Nesse evento, os estudantes, por onde passam, recebem apoio da população. (Comunicação pessoal, 1991)

Em nível nacional, a UBES se posiciona a favor das Diretas Já, ainda na gestão de Apolinário Rabelo (presidente da UBES, 1983-84), e diz através do jornal *O Estudante em Marcha* (abril/maio de 1984), como os secundaristas devem participar:

A UBES acha que é necessário colocar os estudantes na rua em grandes comícios pelas Diretas Já. Montar torcidas organizadas (Comitês) nas escolas dos Centros Cívicos e Grêmios. Realizar debates, comícios, montar murais, participar dos Comitês da cidade na votação da Emenda Dante de Oliveira, em 25 de abril. É necessário aunião de todo o povo para acabar com essa situação que já dura 20 anos. DIRETAS JÁ” (p. 3).

Embora reunisse nas ruas milhões de pessoas, a campanha pelas eleições diretas é vencida, em detrimento da vontade da maioria da população. A Emenda Dante de Oliveira, que iria instituir as eleições diretas para Presidente da República, é derrotada no Congresso pelas forças conservadoras.

Em relação ao processo político que se segue após a derrota da emenda Dante de Oliveira, nos diz Ghiraldelli Jr. (1990):

Sabidamente, as elites, utilizando-se da sigla do PMDB (que tinha se firmado como oposição agradando o eleitorado) para a Campanha pelas Eleições Diretas, forçou uma saída de “conciliação pelo alto” e, finalmente pela via do Colégio Eleitoral (o mesmo que homologava os gerais-presidentes) pôs fim ao regime militar. Aconteceu então, a eleição indireta de Tancredo Neves e José Sarney com apoio de todos os partidos de oposição (exceto o PT) e até parcela do PDS. (p.185)

Os secundaristas se dividem em relação à eleição indireta, via Colégio Eleitoral, refletindo no movimento a orientação dada pelas organizações políticas das quais fazem parte.

Com José Sarney na presidência da República, devido à morte de Tancredo Neves, em abril de 1985, tem início, no Brasil, o período intitulado pelo governo de “Nova República”. São marcadas eleições diretas para prefeitos nos municípios. O Congresso Nacional aprova medidas como a criação de novos partidos políticos, incluindo a legalização dos partidos comunistas, emenda constitucional que garantia a liberdade de reunião e expressão.

A luta pelo grêmio-livre

Com a ditadura militar, os estudantes tiveram cassados os seus direitos de autonomia para construir suas entidades, como já abordamos anteriormente neste estudo. Seus grêmios foram transformados em centros cívicos, atrelados à direção das escolas e com a figura do “professor orientador”, que tinha uma função de controle e tutela sobre as atividades desenvolvidas pelos estudantes nessas entidades escolares.

Após a reconstrução da UBES, em 1981, e da realização do I Congresso da AMES, em 1982, a bandeira dos Grêmios-Livres ganha força no movimento secundarista, assim como questões ligadas ao cotidiano escolar são discutidas, entre elas a participação de estudantes nos Conselhos de Classe. Também nesse ano os secundaristas do Rio de Janeiro abraçam a luta pela meia passagem nos transportes coletivos. Essa luta consegue mobilizações expressivas dos secundaristas, que realizam passeatas, atos públicos, e diversas dessas atividades foram orientadas pelo Conselho Metropolitano de Entidades.

A luta pelo grêmio-livre é travada pelos secundaristas em vários campos, desde a pressão em nível nacional encabeçada pela UBES para aprovação e sanção da lei que garante e legaliza esse direito dos secundaristas, até nas escolas, através da construção de grêmios cuja forma de atuação e organização seja baseada em autonomia, procurando tirar as características de centro cívico.

Como exemplo de organização de luta pelos grêmios livres, temos o Encontro dos Centros Cívicos, realizado no estado de São Paulo, que contou com a participação de mais

de mil estudantes secundaristas e 278 centros cívicos, para discutir, entre outros pontos, as formas de pressão sobre deputados e senadores para aprovar o projeto de lei que dispõe sobre a autonomia dos grêmios estudantis nas escolas (*Estudante em Marcha*, out./nov. de 1984, p. 4).

O projeto de lei que garantia a autonomia da organização dos secundaristas nas escolas, de autoria do deputado Aldo Arantes, é aprovado no Congresso Nacional, sendo posteriormente sancionado pelo Presidente da República, saindo no *Diário Oficial* de 5 de novembro de 1985. Transcrevo aqui trechos da referida lei:

Lei nº 7398 de 04 de Novembro de 1985 [...] Dispõe sobre a organização de entidades representativas dos estudantes de 1º e 2º graus: fica assegurada a organização dos Grêmios Estudantis como entidades autônomas representativas dos interesses dos estudantes secundaristas com finalidades educacionais, culturais, cívicas, desportivas e sociais [...]. 2º. A organização, o funcionamento e as atividades dos Grêmios serão estabelecidos nos seus estatutos, aprovados em Assembléia Geral do corpo discente de cada estabelecimento de ensino [...]. 3º. A aprovação dos estatutos e a escolha dos dirigentes serão realizadas pelo voto direto e secreto de cada estudante [...].

Conquistada a legalização, o Movimento Estudantil Secundarista procura acentuar o processo de construção de grêmios livres nas escolas, que, como dito anteriormente, já existiam. As entidades secundaristas, nacionais, regionais e escolares, promovem gibis, panfletos, cartilhas, orientando como devem ser construídos os grêmios livres. Essa vitória legal dos secundaristas fortalece os militantes na sua luta contra o autoritarismo existente nas escolas, na medida em que antes, além de todo o trabalho feito para mobilizar e conscientizar os estudantes, levando-os à construção do seu grêmio, era necessário também atuar contra a tutela e o atrelamento da entidade escolar à direção da escola, onde, como foi dito, era estipulado que todo centro cívico deveria ter um professor orientador.

É necessário, porém, apontar que mesmo que a Lei 7398 tenha tornado legal o grêmio-livre, a repressão feita pela escola às lideranças estudantis ainda continua, e para tal se alegam, como forma de mascarar o caráter das punições, outros motivos que não a participação política no interior da escola.

A cisão na Associação Metropolitana dos Estudantes Secundaristas do Rio de Janeiro (AMES-RJ)

Em outubro de 1985 realiza-se o III Congresso da AMES, na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Nesse congresso vão acontecer situações que culminam com uma cisão entre as correntes políticas atuantes no movimento secundarista no Rio de Janeiro.

Nesse III Congresso da AMES, as divergências começam com a discussão a respeito da participação ou não de Nova Iguaçu com seus delegados. Isto devido ao fato de que, como nos diz Marco Túlio Paolino, delegado nesse congresso, “a política traçada pela AMES, uma entidade metropolitana, era de que à medida que os lugares fossem formando suas entidades, a AMES ia se reiterando, inclusive apoiando esse processo de construção das entidades” (comunicação pessoal, 1991).

Os estudantes secundaristas de Nova Iguaçu já possuíam, àquela altura, uma entidade, que era a União Iguaçuana dos Estudantes Secundaristas (UIES). A participação de Nova Iguaçu, com seus delegados, neste III Congresso é defendida pelo MR-8, do qual fazia parte grande número desses delegados. As demais tendências do movimento, entre elas a Convergência Socialista, o PCB e as correntes independentes, defendem a não-participação dos delegados de Nova Iguaçu, tendo como argumento a política assumida pela AMES em relação às regiões do estado que já possuíam suas entidades constituídas.

Como resultado dessa discussão e votação, tem-se a vitória da participação dos delegados de Nova Iguaçu, defendida pelo MR-8, e a essa altura também defendida pela maioria dos delegados do PC do B. Esse resultado causa constrangimento nas demais tendências políticas, porém o III Congresso continua. Mais tarde, com a plenária mais vazia, são lançadas as chapas que vão concorrer à diretoria da entidade para o próximo mandato, até a realização do congresso seguinte da entidade. O MR-8 forma uma chapa junto com o PC do B, e a oposição monta outra chapa com todas as demais correntes, tendo como candidato à presidência da entidade um secundarista ligado ao PCB. Na hora da votação o resultado não é consenso e se pede recontagem dos votos. Porém, como relata Marco Túlio Paolino, “o MR-8 achou que tinha ganhado e não fez, não concordou com a recontagem”. Diante desse quadro, os ânimos se exaltam e o congresso termina em desacordo.

Na semana seguinte, a recontagem é feita na sede dos Sindicatos dos Bancários, com todas as correntes políticas do movimento secundarista presentes, exceto o MR-8 e o

PC do B, que ao fim do congresso disseram que tinham ganhado a votação, e portanto tinham a presidência da AMES. As demais correntes, após a recontagem, declaram como diretoria da entidade a chapa da oposição liderada pelo secundarista ligado ao PCB. Essa diretoria é posteriormente legitimada pelos militantes secundaristas não ligados ao MR-8, e mesmo pelos dissidentes dessa corrente. O PC do B posteriormente retorna e participa junto com as demais correntes da entidade.

A partir dessa cisão, no Rio de Janeiro, na esfera do Movimento Estudantil Secundarista, o MR-8 vai atuar isoladamente das demais correntes políticas, “criando” uma entidade que na prática vai se configurar numa AMES paralela, não-legitimada pela militância secundarista nem pelos setores mais progressistas da sociedade civil que lutam por uma educação e uma sociedade mais democrática.

Tecendo considerações

A partir da segunda metade da década de 1970, a sociedade civil brasileira, brutalmente atingida com o golpe militar de 1964, consolidado em 1968, começa a se reorganizar. Essa fase corresponde à acumulação de forças, em que vários movimentos da sociedade, várias categorias sociais, procuram ganhar mais organicidade, construindo ou reconstruindo suas respectivas entidades, com a finalidade de aumentar seu poder de pressão nas suas reivindicações e lutas. Durante esse processo, os diversos movimentos se unem em pontos necessários para a redemocratização da sociedade. A luta pela anistia política é um desses pontos. Conquistada em 1979, a campanha pela anistia reúne setores da sociedade civil, como foi dito, em processo de reconstrução. Organizando atos públicos, passeatas, shows, a mobilização pela anistia ampla, geral e irrestrita para os presos e exilados políticos procura pressionar o governo. Os estudantes apóiam e participam ativamente dessa campanha.

Do final da década de 1970 até o início da de 1980, entre outros setores da sociedade, reorganizam-se partidos políticos, sindicatos, associações de moradores, movimentos estudantis. Criam-se, entre os professores, entidades como o então Centro Estadual de Professores (CEP), hoje Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação (SEPE), no Rio de Janeiro.

Em relação às associações de moradores, em 1978 é fundada a Federação de Associações de Moradores de Bairros do Rio de Janeiro (FAMERJ), visando a dar unidade ao encaminhamento, junto ao estado, de reivindicações das diversas associações de bairros existentes no estado do Rio de Janeiro (Pereira, 1991).

Em relação aos partidos políticos, destaca-se a fundação dos PT, em 1980, com origem no movimento dos trabalhadores na região paulista do ABC, porém englobando, bastante, militantes dos movimentos em reconstrução, em vários setores da sociedade civil. Segundo Ghiraldelli (1990), “Diferentemente dos outros partidos, o PT nasceu e cresceu independente do Parlamento, sempre respaldado nos movimentos sociais populares” (p. 211). Destaca-se também o Partido Democrático Trabalhista (PDT) de Leonel Brizola, criado em função de que a sigla do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) fora dada a Ivete Vargas. O PDT, no governo do Rio de Janeiro, lança, na educação, as escolas de tempo integral, CIEPs (Centros Integrados de Educação Popular), que ficam conhecidos como “Brizolões” (Ghiraldelli, 1990, p. 216). Destaca-se também a saída da clandestinidade do PCB e do PC do B.

Como alerta Martins Filho (1987), é impossível atribuir à participação dos estudantes um caráter genérico e imutável conferindo-lhe conteúdos e permanência. Alerta o autor que a maioria das análises sobre este movimento colabora para a idealização da participação estudantil originária no seio do próprio movimento. Sem cair da idealização, Ianni (1963) ressalta aspectos do radicalismo do jovem na sociedade capitalista como o da formação da “consciência de alienação”, fruto da incapacidade das instituições como escolas, igreja etc. de esconderem as contradições da sociedade. No mesmo sentido de Ianni, Cunha (1983) continua esta análise:

Experimentada a “consciência de alienação”, os jovens estavam prontos para a rebelião, para um comportamento político radical, de direita, definindo os males da sociedade como provenientes das pessoas e grupos que atentavam contra a ordem existente, a qual será possível reforçar; ou da esquerda, apontando a raiz da “alienação” na própria ordem social, a qual cumpria revolucionar (p. 71).

A partir de 1976, os estudantes secundaristas começam um processo de reconstrução do seu movimento, e o período de 1976-79 corresponde a um período de acumulação de forças nesse setor estudantil.

O início desse processo de reconstrução, nas escolas, é marcado por atividades culturais desenvolvidas pelos secundaristas, como jornais, cineclubes, teatros etc., sendo, como foi apontado anteriormente, o número de grêmios escolares ainda reduzidíssimo. No

Rio de Janeiro, os jornais produzidos pelos estudantes secundaristas vão ter um papel fundamental na unificação das atividades desenvolvidas pelos estudantes nas diversas escolas. É o primeiro passo para uma ação conjunta dos secundaristas, um avanço na reorganização do movimento.

Percebe-se como fundamental o papel que as organizações e os partidos políticos vão ter no movimento secundarista, principalmente pela conscientização e crescimento político que vêm dar aos estudantes, confirmando-se neste setor do movimento estudantil o que já fora apontado por Foracchi (1965) em relação ao papel desempenhado pelos partidos na politização da massa estudantil. Percebe-se também a influência dessas organizações políticas no crescimento das lideranças secundaristas.

Constata-se também neste estudo a importância desses partidos e organizações na ampliação das bases estudantis, na medida em que na disputa pela hegemonia do movimento secundarista, há interesses dessas correntes políticas em aumentar o número de estudantes identificados com as suas posições. Por outro lado, percebe-se que o papel desempenhado pelos partidos políticos no movimento secundarista pode, em determinadas situações, prejudicar a autonomia do movimento, fato este já apontado por Brunner (1985), citado por Touraine (1985): “os estudantes atuam, cada vez mais, através dos partidos políticos de que representam a juventude e os futuros dirigentes [...] destruindo a capacidade de ação autônoma do Movimento Estudantil” (p. 167).

No Movimento Estudantil Secundarista ocorreram situações em que os partidos vão prejudicar a autonomia dos movimentos. Seja tolhendo a ação dos seus militantes, levando-os só a encaminhar as orientações recebidas pelas organizações às quais pertencem, seja, caso detenham a hegemonia da entidade estudantil em que atuam, pondo-a em função dos interesses e acordos políticos feitos pela organização política a qual pertencem com outros setores do estado.

No Rio de Janeiro, o I Congresso da AMES acontece em 1982. Apesar da reconstrução dessa entidade ser fato importante para o movimento secundarista, nesse momento as bases estudantis não apresentam um crescimento, como visto no período de acumulação de forças no movimento. É necessário dizer que a rápida rotatividade dos militantes (com raras exceções) e das bases estudantis gera a necessidade de se ter

formação constante de quadros novos e uma política constante de mobilização das bases estudantis nas escolas.

Em relação à conjuntura nacional após a refundação das entidades secundaristas aqui observadas, UBES e AMES-RJ, têm destaque a participação e o apoio dos secundaristas na campanha pelas Diretas Já, em 1984. No ano anterior à Diretas Já, em 1983, os secundaristas se mobilizam contra o fim da meia entrada no cinema para estudantes. Essa luta repercutiu principalmente na Bahia.

A luta dos secundaristas pela autonomia dos grêmios escolares, ou seja, a luta pelo grêmio-livre, é travada em vários campos, com a pressão, seja em nível nacional, pela aprovação e sanção da lei que institua a autonomia dos grêmios, seja na construção no dia-a-dia escolar de grêmios estudantis sem a tutela da direção da escola. Quando é sancionada a Lei 7398, em novembro de 1985, que garante na esfera legal essa autonomia de organização dos secundaristas, muitos grêmios livres já se tinham organizado. Como exemplo, no Rio de Janeiro, a Escola Estadual João Alfredo, que segundo Marco Túlio Paolino, militante secundarista entre 1983 e 1986, “foi um dos colégios estaduais que primeiro formou o grêmio livre, antes da sanção da Lei 7398, sem características de centros cívicos” (comunicação pessoal, 1991).

A luta pela meia-passagem nos transportes vai mobilizar os secundaristas em diversos momentos, visto que, por ser contra os interesses dos que detêm a concessão dos transportes coletivos, é uma luta com derrotas e vitórias recorrentes. Em 1983-84, no Rio de Janeiro, a luta pela meia passagem consegue mobilizar as bases estudantis no movimento secundarista, realizando os secundaristas, como forma de pressão, manifestações e atos públicos.

No Rio de Janeiro, a meia passagem e a “democratização da escola” são bandeiras em função das quais vai se dar o trabalho de organização dos estudantes secundaristas nas escolas.

A democratização da escola é defendida pelos estudantes a partir das questões ligadas ao cotidiano escolar. Questões como autonomia de organização estudantil (construção de grêmios livres); participação dos estudantes em Conselhos de Classe; reivindicação contra o pagamento de taxas em escolas públicas; em algumas escolas, a eleição de diretores ou reivindicação de mais verbas para o então segundo grau já começam

a ser uma luta também dos estudantes (porém, ainda sem o vigor apresentado, como veremos, nos anos seguintes). Algumas escolas sustentam a luta por mais verbas para o então segundo grau.

O aumento das mensalidades escolares, aqui no Rio de Janeiro, apesar de constar na pauta de discussões das entidades secundaristas, ainda não ocasiona mobilização dos estudantes, como se registrará nos anos seguintes. Porém, em algumas regiões do país, nesse período, essa luta já desperta maior atenção dos estudantes.

Observa-se que em 1968 e mesmo no período da reconstrução da UBES o Movimento Estudantil Universitário está mais organizado e ativo do que o Movimento Estudantil Secundarista. Mas, partir da primeira metade da década de 1980, esse quadro não se mantém, isto é, os secundaristas vão ter um papel na sociedade muito mais ativo do que o Movimento Estudantil Universitário.

Tem sido trabalho do Movimento Estudantil Secundarista, no período estudado, de reconstrução após a ditadura militar, assim como em outros momentos históricos, investir na construção política de outros desejos e projetos, educacionais e sociais, ampliando e aprofundando o espaço da contradição, submetendo à crítica teórica e prática os elementos que, de outra forma, poderiam passar despercebidos, como um caminho “natural” da ordem social e política imposta.

Referências

AARÃO REIS FILHO, D. e MORAES, P. *“A paixão de uma utopia*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1988.

BRUNNER, J. J *Eu Movimento estudantil há muerto: naceu los movimientos de estudiantes*. Santiago (Chile): Flacso, 1985 (mimeo), citado por Touraine.

CUNHA, L. A. *A universidade crítica: o ensino superior na república populista*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1983.

FORACCHI, M. M. *O estudante e a transformação da sociedade brasileira*. 2^a ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977.

GHIRALDELLI, P. *História da educação*. Coleção Magistério, série Formação do Professor. São Paulo: Cortez, 1990.

IANNI, O. *Industrialização e desenvolvimento social no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963.

MARTINS FILHO, J. R. *Movimento estudantil e ditadura militar: 1964-1968*. Campinas: Papirus, 1987.

PEREIRA, I. B. *Rompendo a reprodução: Educação e Movimento Estudantil Secundarista no Rio de Janeiro (1976-1990)*. Rio de Janeiro: UERJ, dissertação de mestrado, 1991.

Documentos pesquisados

ASSOCIAÇÃO DOS JORNAIS SECUNDARISTAS, *Boletim da Associação dos Jornais Secundaristas*, nº II, 1979.

BRASIL, Lei 7398 de 4 de novembro de 1985. *Diário Oficial*, 5/nov./1985.

MOVIMENTO ESTUDANTIL SECUNDARISTA, *Programa de lutas unitárias* (documento), 1980.

UNIÃO BRASILEIRA DE ESTUDANTES SECUNDARISTAS, *Estudante em Marcha*, out./nov. 1984.

MOVIMENTO ESTUDANTIL SECUNDARISTA, *Construir a Nova Escola* (jornal), ano I, nº 1, outubro/novembro de 1984.

_____, *A Semente* (jornal), 1978.

Depoimentos de lideranças estudantis

LIMA, Hamilton Garcia de, militante secundarista (1976-80), depoimento oral, 1989.

PAOLINO, Marco Túlio, militante secundarista (1983-86), depoimento oral, 1991.

RABELO, Apolinário, presidente da UBES (1983-84), entrevista para o jornal *Estudante em Marcha* abr./mai. 1984.